

Diário do Legislativo de 02/03/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - CONCURSO PÚBLICO

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissões

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATAS

CONCURSO PÚBLICO

Concurso Público

A Comissão de Coordenação e Supervisão dos Concursos Públicos de que tratam os Editais n°s 1 a 8/2000 comunica aos candidatos inscritos no certame que os exemplares da primeira tiragem da 4ª edição do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, vendidos pela Livraria do Legislativo, apresentam erros de edição, especificamente no que se refere aos arts. 8º; 9º; 13; 173, II; 209; e 314 do diploma. Já os exemplares referentes à 1ª e à 2ª reimpressões da 4ª edição trazem o texto correto.

Os candidatos que adquiriram exemplar com texto defeituoso deverão comparecer à Livraria do Legislativo para efetuar a troca por exemplar de impressão correta.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei n° 14.631

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Miguel Martini e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/3/2001, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 1º de março de 2001.

Geraldo Rezende, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei n° 14.631

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Cabo Morais e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/3/2001, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 1º de março de 2001.

Ivair Nogueira, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

210ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente e telespectadores, cumprimento a todos que chegam à Casa para mais um ano de trabalho, esperando que seja um ano profícuo e que a sociedade ganhe muito com as nossas ações.

Nesse recesso, pude visitar dezenas de cidades e conhecer de perto os problemas por que passam as comunidades do interior de Minas Gerais, especialmente da Zona da Mata e da Zona das Vertentes. Constatei que grandes problemas sacrificam essas comunidades, e as políticas públicas mal conseguem atendê-las. A falta de perspectiva de vida dos jovens faz com que passem a usar o álcool como fuga. Assim se encontram os homens e os jovens de boa parte do interior de Minas, especialmente das regiões que estão empobrecendo, como a Zona da Mata e a Zona das Vertentes. Ao mesmo tempo, constatamos o uso aumentado de psicotrópicos pelas mulheres. Os homens estão usando o álcool para fugir da realidade dura de um interior que se acaba aos poucos, e as mulheres estão passando a usar o psicotrópico como forma de fuga de tantos problemas e por falta de esperança. O Brasil todo está passando por esse problema.

Minas Gerais teve, em sua história, um momento de desenvolvimento da política agrária e do financiamento agrícola extremamente importante, logo após a 2ª Guerra Mundial, até os anos 60. A ACAR surgiu em um momento importante de uma política agrícola voltada para a família. Naquele momento, a Fundação Rockfeller trouxe a experiência americana e os recursos: 50% da Fundação mais 50% do Tesouro do Estado de Minas Gerais. Com a concepção de apoio à família agrícola e à produção, nasceu a ACAR, baseando-se no conceito do homem enquanto família e núcleo para a produção da sua subsistência, fazendo com que pudesse avançar na melhoria da qualidade de vida, da alimentação e das perspectivas em relação ao futuro.

Ao longo dos anos, a Fundação Rockfeller foi repassando todo o trabalho para a ACAR, que financiava seus projetos junto à Caixa Econômica Federal. A ACAR, naquele momento, era um produto híbrido, que tinha autonomia administrativa, mas cujo Diretor era indicado pelo Governador do Estado. Os funcionários da ACAR tinham bons salários, um perfil, uma concepção do gestor público, ou seja, era importante investir na qualidade de vida: saneamento básico, filtros, fossas para proteção pessoal e ambiental e investimentos na produção agrícola. A inovação daquele momento foi o crédito juvenil, o estímulo aos filhos dos produtores que trabalhavam com os pais, para que desenvolvessem seus projetos. E esses projetos eram acompanhados pelos técnicos da ACAR. Além disso, havia o crédito habitacional, e a experiência, em Minas Gerais, foi vitoriosa, naqueles quase 15 anos, de 1945 até os anos 60. Foi tão vitoriosa a experiência mineira que se espalhou pelos demais Estados do País. Somente não proliferou em São Paulo porque a Nestlé tinha um projeto, não permitindo que a Fundação Rockfeller americana fizesse parcerias na produção do campo.

Em 1960, constituiu-se o Sistema Nacional de Crédito Rural, a partir da experiência de Minas Gerais. Ressalto a importância de Minas na questão do sistema de crédito rural. O Governo Federal assumiu a experiência de Minas, tornando-a nacional, de responsabilidade da União, ao alcance de todos os brasileiros. Mas esse sistema de crédito, voltado para a família agrícola, durante o regime militar sofre a interferência de uma nova concepção, voltada para a grande produção, para a exportação, a fim de obter dólares na balança comercial. Isso ocorreu na época de Delfim Neto. E, naquele momento, a idéia era terminar com o crédito agrícola destinado à família, passando para o pacote da "revolução verde" americana, que privilegiou a importação de máquinas pesadas, do adubo químico, das sementes selecionadas, especialmente as híbridas, e dos agroquímicos. Essa foi a "revolução verde" da época da ditadura, que privilegiou as grandes empresas, transformando as pequenas produções agrícolas em grandes latifúndios, em empresas do campo, produtoras de alimento. De 1965 a 1970, as pequenas propriedades vão perdendo a possibilidade de financiamento, surgindo as grandes empresas com financiamento do Governo. Essas empresas cresceram com o dinheiro público, direcionadas para a exportação. Nesse momento, as pequenas propriedades, as famílias agrícolas, iam perdendo a sua sustentação por meio do crédito agrícola e de programas para a produção familiar.

Em 1974, acontece o choque do petróleo, e surge o Pró-Álcool. Quero relembrar que a idéia da produção de álcool de mandioca foi mineira. Foi uma produção de cientistas da UFMG, mas logo houve reação dos grandes produtores nordestinos, grandes latifundiários produtores de cana-de-açúcar, que fez com que o projeto mineiro se extinguisse. Se ele fosse mantido, poderíamos associar duas vertentes importantes: as famílias pobres teriam emprego e renda, e, ao mesmo tempo, haveria produção para a indústria nacional, o Pró-Álcool. Isso morreu, mas em Curvelo ainda persiste essa experiência, que deve se transformar no museu da iniciativa mineira pioneira, voltada para as prioridades sociais.

Nessa época, os grandes financiamentos externos começam a minguar, e a agricultura em Minas e no Brasil passa por sérios problemas de financiamento.

Em 1975, começa uma nova vertente, eu diria contemporânea, que é o crédito por produto e por região. Não há mais a família agrícola ou o complexo agroindustrial voltado para exportação, exclusivamente, mas por produto; muda-se a concepção. Não se produz mais olhando o homem do campo, a família do campo, mas qual o produto que ao País interessa produzir e exportar. Começou-se a produzir laranja, café, eucalipto, cana, todos para exportação.

É nesse período que a ACAR transforma-se em EMATER e o crédito rural universal acaba. Não existe mais o crédito rural universal para todas as famílias que querem produzir, mas direcionado a um certo produto para exportação.

Em 1980, há a criação das grandes empresas, dos complexos agroindustriais, onde são produzidos insumos direcionados, produtos direcionados para exportação, industrialização direcionada a esses produtos, comercialização direcionada a redes de supermercados e financiamento direcionado aos produtos. Assim, o pequeno produtor não consegue sobreviver a esse modelo de produção agrícola voltada para a grande exportação, para os grandes complexos agroindustriais.

Dois pontos ficam claros, hoje, na política agrícola brasileira: a marca do produto e os canais de distribuição. Assim, quando se fala do café do cerrado, aí está a marca da produção. Quando se fala das redes de distribuição, são as redes varejistas de supermercados, etc.

A partir de 1990, a EMATER começa a passar por grandes dificuldades. São exonerados de seu quadro importantes servidores públicos com grande experiência no campo e na produção. A EMATER fica isolada de outras empresas como o IMA, a FAPEMIG, a RURALMINAS e a EPAMIG, fazendo um trabalho individualizado. Essas outras instituições também começam a trabalhar individualizadamente. Antes havia um trabalho de sistema, um pensamento global da produção segundo o qual em que a EMATER, o IMA, a EPAMIG e a RURALMINAS produziam e, ao mesmo tempo, procuravam avançar em tecnologia e pesquisas. Constatamos que nos últimos tempos somente o PRONAF tem levado alguma injeção de ânimo e recurso para o campo.

Quero trazer à tona, no início deste ano legislativo, o fato de que os pequenos produtores em Minas Gerais estão praticamente abandonados a sua própria sorte.

É importante, então, que o Governo do Estado, em tempo ainda, reassuma a política de desenvolvimento, a política de investimento no campo destas Minas Gerais, que, neste momento, está sendo timidamente mantida pelo PRONAF, um programa da União. E é importante também que se remonte um sistema operacional. Talvez esses órgãos possam voltar a ser fundidos num projeto voltado para a agricultura dos pequenos produtores.

Assim, é importante modernizar a EMATER, porque é uma instituição que está em todo o Estado, que tem uma capilaridade imensa, que está praticamente em todas as cidades de Minas Gerais. Não podemos deixar que acabe. Pelo contrário, é preciso que a modernizemos para que se encaixe nas novas concepções de desenvolvimento.

É importante que alguns instrumentos, como o Banco do Povo, uma experiência de Bangladesh para o campo, possam ser trazidos para Minas Gerais. Talvez também um observatório da agricultura mineira, ou seja, um órgão que possa ter a visão não somente voltada para o Estado, para o seu desenvolvimento, para a nutrição dos próprios cidadãos, mas também uma visão voltada para o MERCOSUL, para questões como a do Canadá, por exemplo, e outras do mercado mundial.

Enfim, quero terminar minhas palavras conclamando todos os parlamentares a se unir a fim de salvar a EMATER e investir no seu desenvolvimento no campo. O investimento no campo gera riquezas locais, regionais e nacionais e diminui a miséria e a fome. E sabemos que quando a agricultura está bem estabelecida a agroindústria vem em complementação.

É por isso que precisamos ouvir o clamor dos homens e das mulheres do campo que querem ficar lá. Os pequenos produtores querem ficar, mas estão saindo porque não há nenhuma perspectiva de vida nesses rincões das Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Amilcar Martins* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a minha primeira palavra, na retomada dos trabalhos da Assembléia Legislativa, seja de saudação a todos os companheiros que voltam de todas as regiões de Minas com disposição redobrada para, juntos, trabalharmos pelo bem do nosso Estado e, sobretudo, da população pobre de Minas Gerais.

Gostaria de pedir licença aos antigos companheiros para cumprimentar, de maneira especial, os dois novos companheiros que compartilham, a partir de agora, do nosso esforço, do nosso trabalho. Refiro-me, é claro, ao Deputado Pedro Pinduca, que vem de Betim, nosso município vizinho, com a sua vibração, com a sua garra, com seu carisma junto ao povo, do que sou testemunha, pois já o vi em atuação junto à população de Betim. Trago-lhe um abraço muito especial e votos de muito sucesso.

Também ao meu companheiro de partido, liderança importante da política mineira, Deputado Kemil Kumaira, ex-Presidente desta Casa, que volta, com sua experiência, com sua trajetória honrada de homem público, para ajudar os Deputados de Minas a realizar seu trabalho.

Finalmente, uma palavra de saudação à nova Mesa da Assembléia Legislativa, que acaba de tomar posse.

A todos os Srs. Deputados, começando pelo nosso Presidente, Deputado Antônio Júlio, os mais sinceros votos de muito sucesso, muita serenidade e muita disposição para conduzir os trabalhos desta Casa com coerência, clareza, bom-senso e equilíbrio, já manifestados mais de uma vez para afirmar a independência, a altivez e a autonomia do Legislativo. Este é um Poder independente, e V. Exa. saberá preservar a sua independência.

Ao dizer isso, peço vênias para manifestar o meu desacordo e até mesmo a minha estranheza, a minha surpresa e - por que não dizer? - uma pequena dose de desalento, quando ouvi, atento, o discurso do Presidente Antônio Júlio no momento de sua posse. Digo isso de maneira fraternal, porque quem participou do processo seletivo, quem torceu por esse resultado tem até mais direito e mais razão de vir a público, de maneira transparente, manifestar o seu desacordo. E esse desacordo se dá em mais de uma forma: aquele não era o momento adequado para um discurso com tal conteúdo. Era momento apenas de o Presidente, em nome desta Casa, em nome de todos os Deputados, aproveitando a presença do Governador do Estado, do Vice-Governador e das principais autoridades da política mineira, reafirmar, como tem feito, de maneira honrada, correta, a nossa disposição de lutar pela nossa autonomia, pela nossa independência, para que esta Casa seja respeitada. E para lembrar ao Sr. Governador, ainda de forma elegante e respeitosa, como deve ser todo o nosso comportamento em relação ao Poder Executivo, que cabe a ele agora não acenar com benesses para Deputados, mas fazer gestos concretos para respeitar os Deputados e a autonomia da Assembléia Legislativa.

Surpreendeu-me, portanto, esse discurso que, para um observador desatento, poderia parecer apenas um gesto de agrado ao Governador. Sei que não era, porque conheço o nosso Presidente, mas estava em sintonia com bobagens repetidas pelo Governador ao longo de dois anos. Portanto, Sr. Presidente, discordo do momento. Entendo, de forma modesta, que não era o momento adequado para aquele discurso, mas quero, se me permite, discordar, sobretudo, do conteúdo. E agora entro no debate de idéias. V. Exa. fez um discurso contundente contra a política econômica do Governo Federal, entrando nesse diapasão já tão surrado e tão batido de acusar de neoliberalismo tudo que tem sido feito no Brasil. Peço vênias para discordar e afirmar a V. Exa. que o discurso, além de inoportuno, foi inadequado, porque nunca, nos últimos anos, a economia brasileira mostrou tanta pujança, tanta força, tanta capacidade de reação como agora. Explico-me: a economia brasileira, no ano 2000, mostrou o melhor desempenho desde o início do Plano Real. Desde 1995, o PIB brasileiro cresceu 4,2%. E, mais importante, porque diz respeito aos cidadãos, a cada cidadão brasileiro em todos os nossos municípios, a renda "per capita" do cidadão brasileiro cresceu 3%. Esse é um indicador da pujança, da capacidade de reação da economia, sob o comando do Governo Federal e do Presidente Fernando Henrique.

Uma melhora acentuada no nível de oferta do emprego: tecnicamente é o que se chama de aumento do nível de ocupação por meio da geração de novos empregos. Há muitos anos não se geravam tantos novos empregos como aconteceu no ano passado. E, mais importante: houve um grande número de empregos com carteira assinada, o que significa um emprego de melhor nível e qualidade, retirando a economia brasileira da informalidade; são empregos que geram renda e impostos, fazendo funcionar a máquina do movimento econômico.

Muito bem: os índices de inflação estão sob absoluto controle - coisa que não se via antes -, para surpresa de muitos observadores, alguns até opositores abertos da política econômica do Governo Federal. O nível de investimento que se fez na economia brasileira foi acima de US\$30.000.000.000,00, e o Brasil foi apresentado como um dos três melhores países para investimento, junto com a China, que é o maior mercado do mundo, e os Estados Unidos, que é a economia mais pujante. Repito: o Brasil foi indicado por observadores internacionais como uma das três melhores opções de investimento em todo o mundo. Aqui foram investidos mais de R\$30.000.000.000,00. O Prof. Edmar Bacha, economista respeitado por todos, respeitado por seus adversários e por observadores internacionais, de trânsito em todos os círculos de análise e de estudo em todo o mundo, declarou ao jornal "Valor Econômico" que, em toda a história republicana, não via um conjunto de fatores tão favoráveis ao crescimento econômico do Brasil como os que se apresentam neste momento.

E as estimativas, as previsões para o ano de 2001 e daqui para a frente são absolutamente surpreendentes. Prevê-se um crescimento da economia da ordem de 4,6%. Prevê-se a recuperação de uma taxa de investimento, que no ano passado já foi de 18,8% - ou seja, o Brasil está recuperando a sua capacidade de investir; a economia está recuperando essa capacidade. E, para o ano de 2001, a previsão é de aumento para uma taxa de investimento acima de 20% do PIB, o que é um dado notável, para uma economia que sofreu um ataque especulativo no primeiro semestre de 1999, quando muitos analistas de plantão falaram que era o fim do Plano Real, o fim da economia brasileira, que era a bancarrota, mas que reagiu já no segundo semestre desse ano e no ano passado apresentou esses índices que trago ao conhecimento de todos. Há também uma previsão de inflação abaixo de 6% e de superávit nas finanças públicas. Ou seja, o melhor quadro, um quadro paradisíaco para o crescimento da nossa economia, o que representa geração de empregos para a nossa população, para a nossa juventude, geração de renda, aumento de impostos e investimentos produtivos em nosso País.

Os indicadores sociais não ficaram atrás. Não é verdade que houve apenas crescimento econômico. Permitam-me dizer, rapidamente, algumas medidas de combate à desigualdade e à pobreza que neste momento estão em movimento em nosso País.

Abro um parêntese para lembrar que observadores internacionais consideram que, em toda a história do Brasil, a principal medida de combate à desigualdade e à pobreza já ocorrida foi o lançamento do Plano Real, plano esse que o Governador Itamar Franco, que era Presidente, não entendeu e não desejava, e disse a seus interlocutores que o que ele queria era o congelamento da economia. Ele não entendeu naquela época e não entende hoje, porque é um homem despreparado para a administração pública e, sobretudo, para questões referentes a assuntos econômicos.

Pois muito bem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, temos o Projeto Alvorada, que atinge hoje mais de mil municípios e que acaba de ser lançado há poucos dias, em Almenara. É um projeto revolucionário para combater a pobreza e a miséria em nosso País. Foi lançado recentemente o programa de bolsa-escola, com investimento de R\$1.700.000.000,00 apenas no ano de 2001, atendendo mais de 10 milhões de crianças pobres em nosso País. Na área da educação, temos indicadores fundamentais além do bolsa-escola, para a melhoria do ensino público. E, para complementar o bolsa-escola, que atinge crianças de 7 a 15 anos, o Ministério da Saúde tem um programa para beneficiar crianças até 6 anos, com investimento também superior a R\$1.000.000.000,00, fechando o cerco, atingindo a faixa etária de até 15 anos.

Tudo isso, Sr. Presidente, está em andamento hoje em nosso País. A previdência rural, abandonada durante muitos anos no período em que o Governador Itamar Franco era Presidente, hoje é uma realidade que atende centenas de pobres na região rural. É também um programa de combate à pobreza e à miséria, porque é um programa sem retorno. O trabalhador rural simplesmente se matricula e recebe o benefício.

Portanto, Sr. Presidente, não poderia ter sido num momento mais inadequado o pronunciamento de V. Exa., porque os indicadores da economia brasileira mostram com muita clareza que ela vai muito bem, como há muito tempo não acontece. Por isso, se fosse o caso de sairmos da questão estrita do relacionamento da Assembléia com o Poder Executivo, deveríamos analisar, aí sim, o estrago que está sendo feito na economia e na vida de Minas Gerais pelos dois anos já completos de gestão do Governador Itamar Franco.

O Deputado Kemil Kumaira (em aparte)* - Deputado Amilcar Martins, gostaria de agradecer as palavras elogiosas sobre o meu retorno. Muito obrigado.

O Deputado Amilcar Martins* - Deputado Kemil Kumaira, as palavras foram proferidas de coração e com muita sinceridade.

Sr. Presidente, termino a minha fala dizendo que, nas próximas semanas, se puder, todos os dias estarei nesta tribuna para mostrar a nossa independência, a nossa autonomia. A Oposição não se deixou seduzir pelo canto da sereia. Os 30 dinheiros oferecidos pelo Governador Itamar Franco não nos seduziram, e estaremos aqui analisando cuidadosamente o

que aconteceu com Minas nos últimos dois anos. Terei muito que dizer, nos próximos dias, à sociedade mineira e aos Deputados. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Deputado Antônio Júlio, ilustre Mesa diretora, Srs. e Sras. Deputadas, imprensa, amigos e amigas, que as minhas primeiras palavras sejam de efusivos cumprimentos, para que neste início de sessão legislativa V. Exa., que tem serenidade e dignidade parlamentar e honra esta Casa, possa dirigir os anseios do povo mineiro. Quero, mais uma vez, em meu nome e no do meu partido, o PSD, ratificar a V. Exa. e à Mesa recém empossada nosso companheirismo e nossa lealdade em defesa dos legítimos interesses de nosso povo.

Quero também que minhas primeiras palavras sejam de saudação aos novos e ilustres Deputados Kemil Kumaira e Pedro Pinduca, que ingressam nesta Casa do povo com o brilho de suas inteligências para exercer seus mandatos e trabalhar pelo bem comum, por dois anos.

Sr. Presidente, confesso a V. Exa. que não gostaria de usar a tribuna neste momento, mas não poderia, pela vez primeira, neste ano, nesta sessão legislativa, deixar de consignar um grande pesar da Casa. A minha emoção é forte, porque sempre tive laços de amizade com o nosso querido e saudoso Deputado Eduardo Daladier, meu companheiro de prédio aqui, em Belo Horizonte. Por ter nos deixado, juntamente com sua filha, devido a um acidente automobilístico, quero que a Casa, num gesto fraterno e de saudade, reconheça na pessoa do nosso saudoso amigo Deputado Eduardo Daladier o nosso pleito de saudade. Embora tenha permanecido por pouco tempo na Casa, representou muito bem o povo mineiro. Sua presença foi marcante, e, sem dúvida alguma, sempre demonstrou a sua lealdade para com o nosso Governo.

Na tarde de domingo, dia 24 de dezembro último, recebemos a terrível notícia do falecimento do nosso querido Eduardo Daladier e de sua querida filha Flávia. Ausentou-se de nosso meio para cumprir um novo plano da existência humana. Numa época em que os valores éticos e morais cedem lugar a interesses menores, sua morte representa perda irreparável. Nascido em Abaeté, filho da feliz união entre Tomé Lucas Pereira e Dona Vicentina Rodrigues de Araújo Pereira, que exercitaram com denodo e habilidade a elevada tarefa de educar os filhos, Eduardo Daladier hauriu nos ensinamentos paternos a seiva dos princípios éticos, do cumprimento do dever e da dedicação incondicional à vivência humanitária.

Formado pela UFMG, o Dr. Eduardo Daladier exerceu, com brilhantismo, a medicina em Caratinga, sua querida terra natal, que o acolheu e na qual prestou relevantes serviços, razão pela qual sempre foi visto como uma das pessoas mais queridas daquela cidade. Recebeu várias condecorações, como o título de cidadania honorária que lhe foi conferido por aquele município. Ali plantou e semeou boas ações, criando também a Casa de Saúde Divino Espírito Santo, onde atendia a todos, indistintamente.

O relacionamento diário com as pessoas, proporcionado pelo exercício profissional, alimentaram-lhe na alma o ímpeto humanitário e a vontade de servir, encaminhando-o à carreira política.

Eleito Vereador à Câmara Municipal de Caratinga para o mandato de 1983 a 1988, teve destacada atuação, o que fortaleceu o desejo popular de conduzi-lo à chefia do Executivo Municipal, elegendo-se Prefeito para o período de 1989 a 1992.

Em 1999, Eduardo Daladier passa a integrar esta Casa, conduzido pela vontade popular, renovando a confiança nas qualidades do político honrado e devotado à defesa dos elevados interesses de nosso Estado e de sua gente.

Aqui participou, caríssimos Deputados, entre outras atividades, dos trabalhos da Comissão de Justiça, emitindo pareceres e posicionamentos de elevado nível, a par de sua lucidez e seu equilíbrio diante das graves questões suscitadas neste parlamento, na presente legislatura. Destacou-se, sobretudo, pela intensa demonstração de amizade e respeito com que se relacionava com seus pares nesta Casa e com todos os assessores do Legislativo mineiro.

Pecuarista e cafeicultor na região de Caratinga, ocupou a Presidência da Cooperativa Agropecuária, sendo agraciado, ainda, com os títulos de cidadania honorária pelos Municípios de Santa Bárbara do Leste, Entre-Folhas, Ipaba, Santa Rita de Minas e Piedade de Caratinga.

Nosso saudoso amigo era conhecido na sua querida Caratinga, como também em toda a região, como um homem justo. A justiça, segundo lição de São Tomás de Aquino, se desdobra em quatro facetas: humana, divina, natural e eterna.

A justiça humana se reflete na vontade da lei, que regula a relação entre os homens. A justiça divina é aquela mais puramente emanada do Criador, que, no seu âmago de amor, traça os seus limites. A justiça natural é aquela com que cada um de nós nascemos e se mostra dentro da consciência particular e coletiva. É a consciência do certo e do errado, que se reflete nas ações cotidianas.

Católico fervoroso, Eduardo Daladier sempre confiou a Deus os acordos de sua vida, de suas realizações e de sua querida família. Quis o desígnio divino privar-nos do convívio com o nosso querido e saudoso Deputado Eduardo Daladier.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Primeiramente, gostaria de parabenizar V. Exa. por seu pronunciamento sobre esse momento doloroso e ser solidário na perda de um companheiro nosso, que foi Prefeito de 1989 a 1992, quando também estivemos na Prefeitura de Juiz de Fora. Em nome da Bancada do PFL, por nós, transmita os nossos sentimentos à família do Eduardo. Guardamos lembranças positivas de um homem totalmente voltado para o social. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Agradeço a manifestação de V. Exa.

Legou-nos, entretanto, incomparável exemplo moral e humano, alicerçado nos valores da dignidade humana e no respeito ao próximo.

Ao prestar-lhe esta sincera homenagem, move-nos um sentimento que encontra expressão no seguinte pensamento: "Há uns que falam, e não ouvimos; há uns que nos tocam, e não sentimos; há aqueles que ferem, e nem cicatrizes deixam. Mas há aqueles que simplesmente vivem, e nos marcam pela vida toda". Assim era o Dr. Eduardo Daladier, médico e político.

O Deputado Kemil Kumaira (em aparte)* - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em nome do PSDB, gostaria de incorporar a seu discurso nossa solidariedade e nossas homenagens ao ex-Deputado Eduardo Daladier, de Caratinga, cidade irmã de Teófilo Ottoni, com problemas semelhantes. Por isso mesmo, sempre estiveram irmanadas, em um trabalho insano para superar suas dificuldades.

A vinda do Deputado Eduardo Daladier para esta Assembléia, embora por curto período, pôde comprovar seu caráter de homem honesto, sincero e correto com suas idéias, além de sua dedicação às causas mais nobres de nosso povo. Sendo assim, gostaria de fazer essa homenagem em nome do povo de Teófilo Ottoni e dizer de nossa satisfação em ver V. Exa. homenagear o nome do Deputado Eduardo Daladier.

Aproveito o ensejo para dizer a todos os Deputados com assento nesta Casa que nosso retorno ao Plenário da Assembléia Legislativa de Minas Gerais é motivo não só de alegria, mas também de compromisso renovado de luta permanente em favor do desenvolvimento de uma região mais pobre do Estado.

V. Exa., Deputado Dalmo Ribeiro Silva, pela excelência de sua atuação, já deu demonstrações inequívocas de sua habilidade política e conceituado trabalho em favor do Sul de Minas. Por isso mesmo, nessa reestréia no Plenário, quero prestar minhas sinceras homenagens ao homem público que V. Exa. é. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Agradeço a manifestação de V. Exa. quanto à minha pessoa. Tenho a certeza de que as expressões referentes ao Deputado Eduardo Daladier são

também desta Casa, e transmiti-las-emos à sua família.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte)* - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, chegava ao Plenário quando tive a oportunidade de ouvir sua manifestação, lembrando a memória do nosso estimado colega Eduardo Daladier. Gostaria de associar-me a essa homenagem.

Pude acompanhar os funerais de nosso companheiro, verificando, como todos os presentes, o quanto ele era querido pela população, não só de Caratinga como também de municípios vizinhos, em consideração ao médico e político que era. Era um médico que assistia a todos sem pensar em qualquer tipo de remuneração, porque tinha a medicina como sacerdotício. Quanto ao político, pudemos conhecer um pouco dele nesta Casa: trabalhava de coração aberto e não tinha mágoas ou ressentimentos. A última homenagem que recebeu de sua cidade foi o coroamento de uma vida dedicada à população, principalmente a mais pobre, que necessitava de seu apoio e que foi tão beneficiada por ele.

Portanto, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, quando V. Exa. fala desse nosso companheiro, o faz com muita justiça, pelas lembranças que deixou nesta Casa. Mais ainda, foi um mineiro que honrou as tradições de Minas e que, com seu trabalho humanitário, demonstrou a solidariedade, não em um discurso fácil, mas no dia-a-dia, em sua ação. Muito obrigado.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)* - Compartilho da manifestação de pêsames de V. Exa. pelo falecimento do nosso companheiro Deputado Eduardo Daladier, de quem guardamos uma lembrança tão carinhosa. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, registro, com muito pesar, essa notícia. Com o pensamento sempre voltado para essa grande figura, teremos forças suficientes para caminhar em defesa do povo mineiro. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos presentes e amigos telespectadores, boa tarde. Desejo boas-vindas ao Deputado Kemil Kumaira e ao Deputado Pedro Pinduca. Espero que Deus os proteja e que tenham um mandato voltado para o social. Gostaria que estivesse presente o novo Presidente, Deputado Antônio Júlio, para desejar-lhe uma administração independente, voltada para os interesses de Minas Gerais, e não para os do Governo do Estado, que visam apenas ao jogo político de atingir a Presidência da República.

Entrei com um requerimento para que a CEMIG, em um prazo regimental, preste a esta Casa informações a respeito da isenção do pagamento da conta de energia elétrica no Estado. Estamos vendo na mídia que a CEMIG, com o patrocínio do Governo do Estado, está beneficiando 1.100.000 pessoas com a não cobrança da conta de energia elétrica. Fomos informados de que esse número não chega a 200.000 pessoas.

Em dois anos de mandato do atual Governo, a energia elétrica sofreu um aumento superior a 20%, quando a inflação, em dois anos, não chegou a 15%. Isso quer dizer que estão tentando abafar ou tampar o sol com a peneira no que se refere ao tal benefício mentirosos.

Desafio a CEMIG, por meio do seu Presidente, Dr. Djalma Moraes, a mandar para esta Casa o nome e o endereço das pessoas que foram beneficiadas. Ele terá de nos fornecer isso, porque é regimental. Estamos assistindo pela televisão e ouvindo pelo rádio que 1.100.000 pessoas estão sendo beneficiadas, sem pagar absolutamente nada pela energia elétrica. Afirmo que isso é mentira. Propaganda enganosa é crime. Deveriam mostrar o aumento abusivo que estamos pagando à CEMIG.

Portanto, o requerimento está entrando com a data de hoje, e vamos acompanhá-lo até a data limite, para que tenhamos em mãos a verdade sobre a CEMIG, que quer ser a "boazinha" para a população carente do Estado.

Ainda colocam, na propaganda, duas senhoras, dizendo uma para a outra: "Olha, o meu benefício acabou, mas isso é bom, porque eu posso pagar. Tem de ajudar a quem precisa". E entra um locutor, com voz empostada, dizendo que Minas, por meio da CEMIG, beneficia 1.110.000 pessoas, que não pagam absolutamente nada pela energia elétrica neste Estado. Vocês terão a certeza de que minha colocação é verdadeira. A CEMIG não atende mais de 200 mil pessoas, em Minas Gerais, com esse projeto.

O compromisso do PFL continuará o mesmo: votar em favor do que é de interesse da população de Minas Gerais. O PFL continua de cabeça erguida, mostrando sua independência ao legislar, aprovando projetos de qualquer partido que sejam bons para Minas. Não passaremos para o lado daqueles que votam sem analisar se o projeto realmente traz benefícios para a população mineira ou é um projeto para beneficiar aquele cidadão que quer criar fatos políticos para aparecer na imprensa nacional, a fim de divulgar seu nome para uma suposta candidatura à Presidência da República.

Aliás, está aqui a palavra de um amigo para os peemedebistas ou aqueles que estão entrando no PMDB: cuidado, meus amigos, porque o Dr. Itamar Franco, conheço bem. Ele dorme Cruzeiro e amanhece Atlético Mineiro. Pode chegar no dia 12, em Juiz de Fora, e, ao invés de assinar a ficha do PMDB, assinar a ficha do PL ou do PTB. E aqueles que estão correndo hoje para o PMDB terão de correr para outro partido. E fica a pergunta: Será que serão aceitos, de qualquer maneira, por outros partidos, a partir do dia 12? Fica aqui a colocação de um amigo que não está vendo sigla, e sim a união desta Casa maravilhosa que se chama Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Em decorrência do pronunciamento de V. Exa., embora não tenha nenhuma procuração para defender a CEMIG, quero protestar contra a veemência com que V. Exa. traz a esta tribuna a seriíssima acusação quanto à situação em que hoje vive a CEMIG de Minas Gerais. Ratifico a minha confiabilidade na pessoa do Dr. Djalma Moraes, homem sério, que, com sua equipe, tem feito, na CEMIG, um trabalho sério, respeitado em todo o Brasil. Na região sul-mineira, 11 municípios são servidos pela Bragantina, e existe um movimento de todos os Prefeitos para que eles passem a pertencer ao controle acionário da CEMIG. Fizemos um levantamento em toda a região e constatamos que a Bragantina, nessa região, cobra uma tarifa de energia muito mais alta do que a CEMIG.

Tenho a certeza de que, pela seriedade com que vem sendo tratado o assunto da CEMIG em Minas, poderemos, futuramente, apresentar dados que informem V. Exa. da real situação da CEMIG.

Fico feliz pela concessão do aparte, mas quero deixar este protesto contra o V. Exa. disse.

O Deputado Alberto Bejani* - Muito obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Sou um eterno admirador de V. Exa., mas continuo com minha opinião: quero saber nome e endereço de todas as 1.100.000 pessoas que estão sendo beneficiadas sem pagar nada à CEMIG. Duvido que exista esse número.

Continuo afirmando a V. Exa. que a tarifa da CEMIG teve um aumento, em dois anos, de mais de 20%, quando a inflação não chegou a 15%. Gostaria que verificasse esses dados e os trouxesse a Plenário. Não duvido de sua capacidade; muito pelo contrário, tenho-o como meu professor e sabe que sempre procuro me orientar com seu conhecimento.

Voltando aos peemedebistas, não tenho o direito de falar nesse partido, mas, como amigo, fica um alerta: cuidado, aqueles que estão embarcando em uma canoa chamada PMDB, porque podem ter uma surpresa no dia 12 de março, se é que essa data não vai mudar novamente. Acho que o Governador Itamar Franco quer ser Presidente da República; por isso também fica um alerta ao nobre amigo Governador Itamar Franco: cuidado, pois o PMDB já lhe traiu uma vez, pode trair a segunda. Se V. Exa. quer ser candidato a Presidente da República, há um partido que o recebe de braços abertos: o PFL. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado João Paulo* - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, cumprimento inicialmente a nova Mesa, a exemplo do que fez ontem o Deputado Amílcar Martins, e desejo-lhe sorte. Acima de tudo, quero reiterar meu compromisso de emprestar a minha contribuição, mesmo que mínima, para que isso aconteça.

Cumprimento ainda todos os colegas, em especial o Deputado Kemil Kumaira, que chega a este parlamento depois de ter cumprido aqui uma permanência longa e uma jornada de várias vitórias, confundindo-se com a história desta Casa. Certamente, também não se furtará a prestar sua contribuição, para que, somados, consigamos manter a Assembléia Legislativa na "pole position" das Assembléias do País, cada dia mais, distanciando-nos daquela que se coloca em segundo lugar.

De forma especial, cumprimento o Deputado Pedro Pinduca, que chega a este parlamento para exercer seu primeiro mandato. De forma inédita, na condição de Vereador, conseguiu vencer uma eleição de Vice-Prefeito e abrir espaço nesta Casa para assumir. Tem sido chamado de Deputado três em um - Deputado, Vereador e Vice-Prefeito. Essa posição certamente não é gratuita, mas fruto de sua experiência, prestígio e atuação na progressista cidade de Betim e adjacências, o que vem se espalhando por outros quadrantes do Estado.

Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna é o pedido de CPI que encaminhei à Mesa, para que possamos debater, com profundidade, as relações relativas ao Código de Trânsito Brasileiro. Quando esse Código foi votado pelo Congresso Nacional e encaminhado ao Presidente da República para receber a sanção, tive o cuidado de, enquanto Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte, encaminhar um pedido a S. Exa. o Presidente da República para que, através de medida provisória, se contrapusesse a algumas posições infelizes que o Código trazia e que, infelizmente, ainda insiste em estampar. Refiro-me, por exemplo, à perda de pontos na carteira de motorista. Preocupo-me com o motorista profissional, ou seja, com aquele que está empregado em uma transportadora ou em uma empresa de ônibus que, por uma infelicidade, injustamente ou não, venha a perder os seus 20 pontos na carteira, tornando-se impossibilitado de continuar produzindo o seu trabalho. Esse trabalhador será demitido, não raramente, por justa causa. Qual será o destino desse motorista, que ficará sem poder exercer a sua profissão durante um longo tempo, podendo inclusive não recuperá-la mais? Como essa pessoa irá viver? Esse Código traz essa imperfeição. Ele "pagou um mico" quando criou a multa para o pedestre, como se houvesse calçadas em todos os grandes centros e não fosse obrigado a caminhar pelas ruas, disputando espaço com ônibus, automóveis e caminhões. Além disso, esse pedestre tornou-se passível de receber multa. A mente que elaborou esse artigo certamente não conhece bem este País. Disse ao Presidente da República que esse dispositivo não poderia prevalecer, pois é uma letra morta no Código, sendo assim, tinha de ser ratificado. O Presidente, quando sancionou o Código, disse: "Essa lei entra em vigor 120 dias após a sua publicação". O que entrou em vigor foi apenas o capítulo das multas de fato ou aqueles compromissos notadamente dos entes públicos para com a sociedade? Isso não percebe.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - A sua exposição foi muito feliz. Sou um eterno admirador do seu trabalho. No ano passado, apresentamos um filme gravado na BR-040, da ação um tanto desumana do DNER, com radares escondidos no meio do mato, pegando motoristas de ônibus, de caminhões e de carros de passeio que trafegavam a uma velocidade de 80km/h. Por meio de uma ação, juntamente com V. Exa., conseguimos derrubar as multas até a velocidade de 110km/h.

Como se isso não bastasse, continuam eles com os mesmos radares nas BRs-040 e 267. Daqui a Juiz de Fora, existem 18 radares, 9 de cada lado, escondidos no meio do mato, multando os carros com velocidade acima de 110Km/h. Os radares são educativos e não punitivos. E o art. 252, em seu § 6º, diz que aparelho sonoro de telefone celular é proibido. O fone de ouvido, usado quando se está dirigindo, segundo eles, tira a atenção do motorista. E ficamos a pensar se um fone de ouvido, para receber uma chamada de emergência, tira mais a atenção do que um rádio ligado. Logo será proibido o rádio e o ar-condicionado. Trata-se de um absurdo e de um assalto ao bolso do cidadão.

O Deputado João Paulo* - Nobre Deputado Alberto Bejani, se o Código traz alguns tropeços e equívocos, a sua execução é muito pior. O motorista recebe uma boleta para ser paga no Banco, ou seja, a multa que lhe foi atribuída, o que não está correto. Deveria haver um comunicado de que, no órgão de trânsito, existe uma acusação contra o cidadão, para que este dela possa se defender. Estamos sob o império da Constituição Federal e não podemos receber uma sentença condenatória, pelo correio. Somos condenados sem ter o direito de defesa. Defendo essa tese, que não é nova nem apenas minha, já que muitas cabeças, laureadas de notório saber jurídico, defendem a mesma posição. Queremos discutir o assunto na CPI, pois nada pode vigorar ao arpejo da Constituição.

Outra questão importante que vem escrita, em letras garrafais, no Código, é o direito de o cidadão receber advertência, por escrito, caso tenha cometido transgressão às leis de trânsito. Nunca vi ninguém dizer da existência de uma advertência, por escrito, dada a um motorista que transgrediu as leis de trânsito. Vamos obedecer o que se encontra no Código de Trânsito, enviando aos motoristas as advertências cabíveis.

Queremos, também, saber como estão sendo empregados os volumosos recursos, fruto dessas autuações. A lei manda empregá-los em campanhas educativas, em sinalização, em fiscalização. É um grande equívoco desse Código entregar esses recursos às Prefeituras, em sua grande maioria sem a devida estruturação para fazer esse tipo de fiscalização. Os recursos originários das multas não têm sido aplicados nessa destinação.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Parabenizando o nobre Deputado pela colocação, digo que multa é um instrumento educativo. Quem multa deve cumprir com a sua responsabilidade, e não sei que moral têm os Governos Federal e Estadual, com a má situação das estradas, para cobrar uma multa, embora seja legítima.

Na semana passada, recebi uma propaganda da BH Multa Service cujos termos eram os seguintes: "Você foi multado? Não faça recursos de multas se não souber. Não perca tempo nem dinheiro, procure essa empresa especializada".

Hoje, a indústria da multa já está implantada não apenas na arrecadação do dinheiro, mas firmas de assessoramento estão colocando a serviço do coitado do cidadão, que já anda massacrado pela burocracia estatal, pelas taxas e pelas multas, inclusive existe o chamado Plano Plus Anti-Multa. A situação neste País está chegando num ponto em que o cidadão já não está prestando para mais nada... É massacre em cima de massacre.

Temos que rechaçar esse espírito da multa que está impregnado em todos os segmentos: seja ambiental, fiscal, e, evidentemente, no trânsito, que é uma multa pela arrecadação. Multa só faz sentido quando é educativa. Multa para ampliar os cofres de qualquer Governo não faz sentido. E, lamentavelmente, no Brasil, nas instâncias municipal, estadual e federal, estamos vendo esse massacre ao cidadão brasileiro.

Quero parabenizá-lo por essa colocação. Vamos fazer aqui uma reação e um movimento em defesa do cidadão.

O Deputado João Paulo* - É a indústria da defesa, que é fruto da indústria da multa. É uma indústria originária da outra.

Queremos saber, inclusive, se o poder de polícia conferido aos entes públicos pelas leis do País pode ser privatizado por contrato.

O Deputado Alberto Bejani constatou e também estive no Rio de Janeiro, parando nos radares, conversando com os seus operadores. São civis, diferentemente de tempos atrás, antes da vigência do Código, quando estavam às margens da rodovia as Polícias Rodoviárias Federal e a Estadual.

Como cidadão tenho o direito de saber e informar à população deste Estado se o poder de polícia é passível de privatização, por contrato, com as empresas particulares. Acho que não. Vamos fazer essa discussão no seio da CPI, que deverá produzir respostas à sociedade, que está abafada, angustiada, deprimida, revoltada. As pessoas estão colocando fogo em radares e brigando com os fiscais de trânsito, porque o povo não aguenta mais pagar IPTU caro, IPVA caro, e agora vem essa indústria das multas a céu aberto, escorchoando, penalizando de maneira draconiana o brasileiro, sem dar-lhe o direito de defesa como a Constituição manda e ordena.

É preciso que esta Casa se pronuncie sobre isso. É a oportunidade conferida a todos nós. Gostaria de formular um grande apelo aos colegas - que me permitissem presidir essa CPI. Tenho muitos dados e elementos, porque participei de grandes campanhas, nunca tive uma multa de trânsito e nunca bati o meu carro, dirigindo há mais de 25 anos.

Gostaria que esse Plenário e a Mesa me dessem essa oportunidade - presidir essa CPI. Muito mais terei para falar. O povo precisa saber o que de fato tem que ser observado. O código não pode valer apenas contra os motoristas, de maneira ditatorial. Precisamos resgatar a Constituição Cidadã, chamada como tal pelo Deputado Ulisses Guimarães. Estamos todos sob o império dela e fora dela nada pode prevalecer. Muito obrigado a todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, galerias, pretendia nesta tarde fazer um discurso cordial, agradecendo aos nobres pares, especialmente os companheiros do PSDB, a confiança em mim depositada para assumir a Liderança do partido.

Teria alguma coisa a dizer sobre isso, mas vou deixar para outra oportunidade; por hora, quero apenas agradecer aos colegas a indicação, em um gesto de confiança.

Não vou falar mais sobre isso neste momento porque tenho graves denúncias sobre a manipulação de um processo na contratação de obras, pela Prefeitura de Belo Horizonte, referentes à lagoa da Pampulha. Assim, neste pronunciamento, pretendo mostrar a forma como foi manipulada essa licitação, os absurdos cometidos, os casuísmos praticados, enfim, a forma tendenciosa como foi conduzido o processo. Verão que se faz necessária uma investigação mais apurada, e, tão logo terminarmos o nosso pronunciamento, entregaremos ao Ministério Público todas as denúncias que nos chegaram às mãos e cuja procedência verificamos, para que tome as medidas cabíveis. Vamos encaminhá-las ao Vereador Léo Burguês, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, para que mobilize aquela Casa para a instalação de uma CPI destinada a investigar essa questão. E, como são recursos federais, recursos da União, indicados pela bancada de Minas Gerais, também vamos encaminhá-las aos líderes partidários da Câmara Federal e, de modo especial, aos Deputados do PSDB no Congresso Nacional, a fim de que também apurem esses absurdos cometidos.

Recebemos a denúncia no mês de novembro e, depois de avaliarmos os dados que nos foram fornecidos, fizemos publicar no "Correio Brasiliense" do dia 8 de novembro, por meio de mensagem cifrada, o resultado que seria conhecido no dia 21 de dezembro. Também publicamos no jornal "O Tempo", de Betim, um anúncio dizendo das cartas marcadas do resultado. E, como não poderia deixar de ser, o resultado foi absolutamente igual ao que previmos.

Agora vejam os casuísmos e pensem se isso pode ter acontecido por coincidência, por acaso. Em primeiro lugar, o processo foi contratado no dia 30 de agosto, e o prazo para a entrega das propostas foi marcado para o dia 3/10/2000, exatamente o dia da apuração das eleições em todo o País e, é claro, aqui em Belo Horizonte. É lógico que as atenções estariam todas voltadas para as eleições municipais, mas, por acaso, foi exatamente nesse dia a entrega da proposta.

Poderiam insistir em dizer que isso aconteceu por acaso, mas vou mostrar os outros fatos que aconteceram "por acaso". A exigência da SUDECAP, da Prefeitura de Belo Horizonte, era que todos os interessados na realização da obra teriam de fazer a visita até o dia 29 de setembro e o depósito da caução até o dia 28 de setembro. Por acaso, para dar tempo de, entre o dia 29 e o dia 3, saber quais empresas teriam de ser contactadas, para que se acertassem as coisas. O que acho estranho em tudo isso é que há muito tempo o Sindicato da Construção Pesada - SICEPOTE - está sem obras no Estado - aliás, desde que entrou esse desgoverno em Minas Gerais já não há obra -, e todos aceitaram pacificamente: ninguém questiona, contesta nem reclama.

Agora vamos ver quais são os grandes casuísmos. Vamos ver se foi tudo por acaso, como querem que acreditemos. Em todo o Brasil, quando se contrata uma obra de grande vulto, é prática comum que se admita a formação de consórcios.

A obra refere-se à canalização dos córregos de Engenho Nogueira e Jaraguá, à canalização do ribeirão Pampulha, à dragagem da lagoa da Pampulha, ao novo vertedouro da barragem da Pampulha, à urbanização e ao paisagismo da lagoa da Pampulha, a consultoria e projetos. O mais lógico é que a empresa pode ser especializada em algumas áreas, mas não em todas. No entanto, a obra não pode ser sublocada. Isso somente pode acontecer se a SUDECAP concordar. Não é difícil fazer a ligação com aquele que iria ganhar com a SUDECAP, a fim de saber quem pode sublocar ou não.

Existem outros casuísmos extremamente interessantes. Por exemplo, as exigências técnicas para a habilitação. Aí, todos os editais da SUDECAP, inclusive esse, estabelecem que a média do total de pontos seria 10, ou seja, 100%. Segundo o edital, a nota satisfatória seria maior ou igual a 5. No entanto, diante das exigências feitas para que esse 5 seja atingido, somente aqueles que conseguirem 8,12 seriam habilitados. Assim, quando pedem o índice de liquidez corrente, estabelecendo que tem de ser menor ou igual a 2%, que o índice de endividamento deve ser menor ou igual a 25% e o índice de liquidez geral deve ser de 2 ou 3 pontos, equivale dizer que se alguém cumprir tais exigências atinge a marca, pelas pontuações feitas, de 8,12, eliminando, assim, grande quantidade de concorrentes. Somente quem tiver quase 100%, isto é, 8,12, estará habilitado. Segundo o próprio processo de licitação, para atingir 5 pontos, a empresa deveria ter, no índice de endividamento, até 67%. Mas exigiram que fosse somente 25%. Estabeleceram que o índice de liquidez deveria ser maior ou igual a 2. Mas poderia ser 1,1. O índice de liquidez geral, ao invés de 3, poderia ser 1,3. Por acaso, essas exigências eliminavam muita gente. O edital diz que aceita, mas só pode quem atingir 8,12. Certamente, não são todas que conseguem atingir esse índice.

Existem outros aspectos interessantes. Para a dragagem da lagoa da Pampulha, estabeleceram que somente uma empresa no Brasil tinha condições de realizar tal obra, pois o processo deveria ser a dragagem por aspiração. Somente a vencedora, que por acaso trabalha com mineração, tinha esse índice técnico de qualificação. Aí duas empresas, a Camargo e a Arte Engenharia, reclamaram, ameaçando entrar na justiça. Eles, então, negociaram, para que nada fosse dito. Ninguém disse nada. No entanto, sabemos que o melhor processo não é o de aspiração.

São muitos os casuísmos encontrados. O art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, que é a Lei de Licitações, estabelece que, em caso de uma obra muito grande, a realização deve ser distribuída entre várias empresas. Às vezes, uma empresa não tem condições de oferecer melhor qualidade e melhor serviço para tudo. Em certas áreas, como no florestamento, poderia oferecer muito mais barato.

Talvez uma empresa não pudesse participar e oferecer melhores condições e até com mais garantia para fazer tudo, mas poderia fazer para canalização do córrego. E a Lei nº 8.666 diz isso claramente no seu art. 23, § 1º. E o que eles fizeram? O oposto. Juntaram tudo para dar para uma única empresa, a empresa que já estava acertada. Por acaso essas coisas aconteceram.

Esses casuísmos todos nos dão a segurança de que, verdadeiramente, houve manipulação para que uma única empresa pudesse ser vencedora nesse processo. A emenda da bancada foi de R\$12.360.000,00 para este ano. E aí entra um detalhe casuístico também, mas extremamente interessante: todos os órgãos, quando vão fazer um processo de licitação, têm que fazer um orçamento, porque eles precisam saber qual é o montante com o qual vão trabalhar. E provavelmente, na prática, eles põem um pouquinho acima, para que haja segurança de que aquela empresa, contratando com aquele valor chamado teto, tenha condições de executar.

Agora vejam os senhores, o teto que eles não consideraram, mas que fizeram porque a lei obriga, ficaria, para a lagoa da Pampulha, em R\$68.292.000,00. Sabem por quanto a empresa ganhou? R\$74.500.000,00; 9,24% acima do teto estabelecido pela própria Prefeitura. E fico pensando que o Prefeito falou demais em devastação social na campanha. Prefeito, isso não   devasta o social, imoral, irresponsável. Queremos que isso seja provado, e o Ministério Público vai agir com rigor, como sempre tem feito. A Câmara Municipal não poderá ficar ausente desse processo. São muitas as coincidências, são muitas as manipula es. Por exemplo, pintaram um absurdo de dificuldade, como   o caso dessa dragagem por aspirac o. O preço dela equivale a 43,3%. É claro que aí as empresas se assustam. Na linguagem corrente, costumam chamar isso de rastro de onça. Assustar para que várias sejam eliminadas.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero concluir dizendo que vamos estar aqui na tribuna, vamos estar entrincheirados e vamos exigir que essa Prefeitura de Belo Horizonte não apenas venha dizer que é honesta, mas que prove que é honesta; que sua gestão tenha transparência, seriedade, economia, publicidade, respeito ao dinheiro do cidadão belo-horizontino. Não vamos aceitar discursos fáceis. Provem que isso não é verdadeiro. Existem mais coisas, mas elas virão com o tempo. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Deputados, ilustres visitantes, imprensa, gostaria de dizer da minha alegria e, tenho a certeza, a de todos nós, de voltarmos à Casa, após merecido descanso. Sem dúvida a Casa está imbuída dos princípios que a norteiam, a dignificam e até justificam. Estamos ao lado do povo, junto de suas reivindica es.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Obrigado, Deputado Márcio Cunha. São tantas as questões que tínhamos a falar, que esqueci de dizer o fundamental. A empresa que ganhou a licita o é a Andrade Gutierrez. O anúncio foi feito mostrando que seria essa a empresa que ganharia a licita o. E, por acaso também, essa empresa faz parte do consórcio da TELEMAR, a mesma que recebeu o perdão da dúvida do Prefeito de Belo Horizonte. É por acaso que essas coisas estão acontecendo!

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, repetindo, dizia da alegria de retornarmos à Casa e, sem dúvida, são muitos os assuntos que gostaríamos de debater com os Deputados. Em primeiro lugar, gostaria de informar aos Deputados que, ontem, estive na cidade de São Paulo, em uma reunião da UNALE, a entidade que congrega os Deputados Estaduais do Brasil. Aliás, por curiosidade, para alguns, quero dizer que somos 1.059, no Brasil. Os Deputados Federais estão semanalmente reunidos, em Brasília, sendo um dos objetivos da entidade fazer com que troquemos experiências e possamos discutir os assuntos que hoje dizem respeito a todos nós e a todo o território nacional, como a reforma tributária e outros.

Nesse sentido, representando a Assembléia de Minas, numa das diretorias da UNALE, lá estava em nome de todos vocês. Estivemos com o Presidente Macrisa, Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, a quem, na oportunidade, prestamos uma homenagem. Hoje se encontra na ONU apresentando um projeto que tem para a cidade de São Paulo. Na ocasião, aprovamos as contas da atual Diretoria através do Conselho Fiscal. Além disso, estamos combinando o encontro anual deste ano, na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 24 e 26 de maio. Posteriormente enviarei toda a programação.

Em segundo lugar, gostaria de dizer, com muita alegria, que a minha terra natal, Cachoeira da Prata, recebe os sinais da TV Assembléia desde o final do ano passado. Pretendemos, juntamente com a atual Mesa, inaugurar, em Cachoeira da Prata, esse importante veículo de comunicação, que já pode ser visto pelos meus conterrâneos, pelos cachoeirenses.

Aliás, amanhã, por volta das 9 horas, lá estarei, reunido com o Prefeito, com todos os Vereadores e alguns companheiros do partido e até de outros partidos de nossa coligação, para ver uma série de questões da minha cidade.

Farei uma visita à Escola Profa. Maria Amália; os recursos para a reforma foram conseguidos por nós. Essa foi a minha escola, e a Profa. Maria Amália, minha primeira professora. Portanto, é motivo de muita alegria Cachoeira da Prata receber os sinais da nossa importante TV Assembléia.

Além disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de lembrar-lhes que, nos próximos dias, debateremos os vetos do Governador relativos ao projeto orçamentário do Estado. Na oportunidade, quero chamar a atenção para isso. Farei isso na reunião do Colégio de Líderes, já conversei um pouco numa das reuniões da bancada do meu partido e, na medida do possível, vou conversar com os Deputados, quer na reunião do Colégio de Líderes, quer numa oportunidade como essa.

Em primeiro lugar, lembro que o orçamento para o ano de 2000, que foi planejado em 1999 para o exercício 2000, foi circunscrito a uma situação que, sabíamos, era extremamente peculiar. O Governo do Estado tinha declarado a moratória, e, naquela oportunidade, o Governador Itamar Franco falava no orçamento real, a previsão das receitas consubstanciadas em uma despesa que estivesse compatível com a realidade. Foi sobre isso que nos debruçamos. Como Presidente da Comissão e relator do orçamento para o ano 2000, fizemos, naquela oportunidade, o que foi possível. O Governo aqui esteve o tempo todo, sugerindo, apontando caminhos, e não tivemos maiores problemas.

Para o orçamento de 2000, exercício de 2001, tivemos um cenário extremamente conturbado, e os Deputados puderam acompanhar os trabalhos. O Governo não se entendia internamente, quanto a uma série de questões. Os Secretários estiveram aqui, conosco, em várias reuniões. Quero render homenagens aos Secretários do Planejamento, da Fazenda e ao Secretário Henrique Hearngraves, os quais tiveram, é bom que se diga e se reconheça, boa vontade em debater conosco. Então, em um cenário único, sob a égide da nova Lei de Responsabilidade Fiscal, é evidente que o orçamento continha uma série de problemas. Num esforço hercúleo, tentamos dirimir as dúvidas; tentamos, a todo o custo, com o Executivo, finalizar um orçamento que fosse o melhor para todos nós.

É lógico que a Assembléia Legislativa tinha uma pendência que, sem dúvida alguma, é fruto, até hoje, de inúmeras discussões. É importante que se diga e se ratifique que, entre nós, as questões havidas em outros governos, relativas a subvenção social, são um episódio sepultado, tanto por parte do Legislativo, quanto do Executivo. Não se trata disso, mas, sem dúvida alguma, de altivez e respeito à causa pública, ao erário público. Cabe definir e debater a participação do Legislativo na proposta orçamentária. Infelizmente, o que sempre percebemos e acompanhamos - fui Vereador por 16 anos, por Belo Horizonte, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara por diversos períodos e relator do orçamento por diversas vezes - é um desequilíbrio de forças entre a atuação do Executivo e do Legislativo em relação à proposta orçamentária.

É importante contabilizar que houve respeito por parte do Executivo em relação à possibilidade de nós, Deputados, emendarmos e aperfeiçoarmos a proposta orçamentária.

Assim fizemos e, por isso, debatemos exaustivamente a questão de que a Assembléia Legislativa tem o dever e o direito constitucional de manifestar-se sobre esse projeto, emendando-o, aperfeiçoando-o e procurando, junto ao Executivo, ter uma proposta orçamentária o mais possível próxima da realidade. Se não obtivemos o orçamento dos nossos sonhos, alcançamos o possível, apesar das inúmeras dificuldades. Considero, portanto, injustas algumas críticas com relação ao fato de o orçamento não ser o melhor possível, por isso insisto na afirmação de que, se não foi o desejável, foi o melhor que pudemos construir, nesse cenário extremamente conturbado. O importante é que, no final, acabamos nos entendendo: prova disso é o fato de termos encerrado os trabalhos no dia 23 de dezembro, por volta das 3 horas da manhã.

Concordo com muitos dos vetos do Governador, mas devemos discuti-los. Fizemos o possível e nos esforçamos ao máximo para ouvir todos os Deputados e interessados do Executivo. Esta Casa teve um papel importantíssimo no que concerne à saúde, a partir de uma questão levantada pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão; a ela, apresentamos emendas coletivas, por meio do Colégio de Líderes. Sem dúvida alguma, trabalhamos com muito respeito e empenho. Agradeço a atenção de todos e concedo aparte ao Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Deputado Márcio Cunha, gostaria de aproveitar o ensejo, uma vez que V. Exa. aborda a questão dos vetos com muita propriedade, para dizer que a imprensa, com algumas entidades de classe, cometeu uma grande injustiça com esta Casa no que se refere ao fundo de Industrialização.

É certo que algumas emendas foram ao encontro do projeto, como a da Universidade do Estado de Minas Gerais, que lançou mão de recursos do Fundo, fazendo o Governo chiar e lançar as entidades de classe contra a Assembléia Legislativa, mas lembro que o orçamento é, ainda, uma peça de ficção e o Governo tem toda a autonomia para alterá-lo, inclusive com relação aos fundos. O caixa único do Governo continua trabalhando, e os fundos são manejados de acordo com a conveniência dele. O Fundo de Industrialização poderá ser alterado e remanejado, com a autorização do Legislativo em relação a alguns itens, mas gostaria de reparar essa injustiça de dizerem que estamos acabando com o processo de industrialização do Estado.

O Deputado Márcio Cunha - Essas não foram as únicas injustiças cometidas. Disseram também que o orçamento foi bagunçado. Isso não é verdade. O cenário em que discutimos e tivemos de aprovar o orçamento era adverso, como todos puderam acompanhar. No final, prevalecerá a verdade, que estará com todos nós. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Fábio Avelar* - Cumprimento o novo Deputado Pedro Pinduca, de Betim, que traz a sua experiência para esta Casa. Ele foi, ao mesmo tempo, Vice-Prefeito, Vereador e Deputado. E cumprimento também o Deputado Kemil Kumaira, que retorna a esta Casa e traz uma satisfação muito grande para todos nós. É um prazer enorme receber novamente a sua experiência, pois já teve a oportunidade de ocupar a Presidência desta Casa. Cumprimento também a nova Mesa diretora, desejando ao Presidente Antônio Júlio todo o sucesso e que dê continuidade ao trabalho iniciado pelo ex-Presidente Anderson Aduato e pela Mesa anterior. Temos a certeza de que o novo Presidente e a nova Mesa farão isso. Deixamos o nosso abraço ao nosso colega, Deputado Wanderley Ávila, que é do nosso partido, o PPS, e que integra a nova Mesa.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, nesta oportunidade, lerei um requerimento em que peço seja prestada homenagem à nossa querida cidade vizinha, Nova Lima. (-Lê:)

-O Deputado que este subscreve vem respeitosamente, nos termos do art. 103, inciso III, alínea 'c', do Regimento Interno desta Casa, propor seja expedido voto de congratulações pelos 300 anos de história e 110 anos de emancipação político-administrativa do Município de Nova Lima.

Como Deputado Estadual e depositário da confiança de inúmeros cidadãos nova-limenses que, nas últimas eleições, hipotecaram apoio à campanha vitoriosa que me conduziu a esta Assembléia Legislativa mineira, não poderia deixar de requerer a esta Casa votos de congratulações pelo transcurso do aniversário do município, que completa 110 anos de emancipação político-administrativa, e pelos seus 300 anos de história".

Dada a importância no contexto político atual desse pujante município, sendo um dos mais importantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte, gostaria aqui de relatar alguns fatos marcantes que fizeram e continuam fazendo a história e a trajetória brilhante de Nova Lima.

O povoamento da área iniciou-se por volta do ano de 1701, quando o bandeirante paulista Domingos Rodrigues da Fonseca Leme, integrante das primeiras expedições que vieram a Minas, descobre dois córregos auríferos, aí permanecendo por pouco tempo. Outros mineradores, entretanto, resolveram fixar-se na área, que, em 1720, já possuía considerável número de habitantes. O arraial cresce com o garimpo do ouro e uma população flutuante composta de fiscoiros, como libertos escravos e aventureiros.

A primeira denominação dada ao local foi a de Campos de Congonhas, uma vez que se denominava Congonhas toda a região compreendida entre a serra da Borda e o Itatiaia. Com a expansão das faisqueiras, o local passou a ser conhecido pelo nome de Congonhas das Minas de Ouro, abrigando a população que trabalhava nas minas de Bela Fama, Cachaça, Vieira, Urubu, Gaia, Gabriela, Faria Garcês, Batista, Morro Velho e outras.

O arraial foi elevado à condição de freguesia por ato episcopal de 1748. A Lei Provincial nº 50, de 8/4/1836, criou o distrito, subordinado ao Município de Sabará, com a denominação alterada para Congonhas de Sabará.

Em 1834, a Mina de Morro Velho vem a ser adquirida do Pe. Freitas, seu então proprietário, pela empresa inglesa Saint John del Rey Mining Company Limited, que não só veio a legar-lhe moderna tecnologia de lavra subterrânea como também a imprimir no local marcantes características de colonização britânica.

A emancipação do município dá-se através do Decreto nº 361, de 5/2/1891, tendo a localidade recebido o nome de Vila Nova de Lima, em homenagem ao ilustre filho da terra, Augusto de Lima, poeta, historiador e político, que governou o Estado no início do período republicano. Em 1923 a denominação foi oficialmente simplificada para Nova Lima.

A comarca foi criada em 1938, desligando-se de Sabará. Ainda em 1938, o município adquiriu o Distrito de Raposos, que pertencia a Sabará, perdendo, por outro lado, para o novo Município de Brumadinho, o Distrito de Piedade do Paraopeba.

Em 1948, o município perde os Distritos de Raposos e Rio Acima, que passam a ser independentes.

Em 1954, a comarca é elevado à categoria de segunda entrância, abrangendo os Municípios de Nova Lima, Raposos e Rio Acima.

Inserido no denominado Quadrilátero Ferrífero, Nova Lima localiza-se numa região montanhosa, antiga macrorregião, hoje fazendo parte da microrregião metropolitana de Belo Horizonte.

Possui uma área de aproximadamente 427,7km², sendo constituído unicamente pelo distrito sede. Possui em sua área os povoados de Honório Bicalho, Santa Rita, Bela Fama, Rio do Peixe e São Sebastião das Águas Claras.

O município está situado a 745m de altitude e a uma distância de 15 km da Capital.

Não poderia deixar de registrar nos anais desta Casa uma referência toda especial ao amigo e grande homem público Vitor Penido. Administrador público de primeira grandeza, está, com sua inteligência e seu apurado espírito público, transformando para melhor o Município de Nova Lima.

Não é por acaso que foi reeleito para mais quatro anos de administração. Aliás, é importante ressaltar que este é o seu terceiro mandato à frente desse importante município, o que vem demonstrar o carinho e o reconhecimento dos cidadãos nova-limenses ao seu estilo único de bem governar o município.

Ao ilustre amigo e homem público Vitor Penido, o meu abraço e o meu reconhecimento público pelos serviços prestados a esse grande município.

Parabéns e que Deus continue iluminando sua vitoriosa administração neste seu terceiro mandato à frente do Executivo Municipal.

Com essas considerações, eminentes Srs. Deputados, o autor do presente requerimento solicita seja dada ciência do seu inteiro teor às seguintes autoridades: Prefeito Municipal Vitor Penido e Presidente da Câmara Municipal. Esta é a homenagem que prestamos à cidade de Nova Lima.

Aproveito os minutos que me restam nesta tribuna para trazer a esta Casa grande preocupação, minha e de todos os cidadãos, principalmente os que residem nos grandes centros. Assistimos, no último final de semana, mais precisamente no domingo, a uma reportagem que chegou a todos os lares das famílias brasileiras, através da televisão, relativa à grande preocupação com o crime organizado. Aterrorizados, verificamos a capacidade de organização dessas quadrilhas, gerando grande medo no seio da população.

Ontem, atendendo a convite da Associação Comunitária do Bairro Nova Cintra, tive a oportunidade de participar de uma reunião que se iniciou às 20 horas, estendendo-se até quase a meia-noite. Numa simples sala de associação comunitária, estavam presentes mais de 200 pessoas, aterrorizadas, pedindo socorro a esta Casa, aos Deputados, ao Governo do Estado, ao Comandante da Polícia Militar, solicitando a tranquilidade de que todos necessitam. A cada final de semana, assistem, nas proximidades de suas residências, a uma estatística macabra, qual seja a de duas mortes, dois assassinatos. Ninguém mais consegue andar com tranquilidade nas ruas dessa região.

Tivemos a oportunidade de assistir a depoimentos de pessoas que, embora estivessem discutindo a segurança do seu bairro, não tinham a certeza de chegar ilesos às suas residências.

Portanto, faço um apelo aos Deputados, à Comissão de Direitos Humanos, ao Comando da Polícia de Minas Gerais, ao Governo do Estado, à direção desta Casa...

O Deputado João Paulo (em aparte)* - Deputado Fábio Avelar, o aparte é para responder ao apelo de V. Exa. e partilhar suas preocupações com relação à segurança na nossa sociedade.

Aproveitando esse assunto, informo que tenho um projeto ainda na linha do pronunciamento que há pouco acabei de fazer da tribuna, abordando o Código de Trânsito. Existe nesta Casa um projeto de minha autoria, o de nº 358/99, que diz o seguinte: "Em todo município onde já houver ou se instalar a fiscalização de trânsito própria, pelas mãos da Prefeitura, a Polícia Militar arreda-se dessa atividade e deverá locar o seu efetivo na segurança do cidadão".

O que temos notado em matéria de trânsito, além dessas fiscalizações municipais, como é o caso de Belo Horizonte, é a presença do BPtran. Temos muitos para punir os motoristas, que nem tanto mal causam à sociedade, e poucos policiais para reprimir e conter a violência em nosso meio.

Esse projeto presta-se a essa finalidade: otimizar a segurança da sociedade, e prevê que, quando o guarda de trânsito atribuir multa indevida ao motorista, tem de por ela responder. A multa volta ao prontuário dele, não a multa efetivamente, mas o registro, dando conta de que ele se equivocou quando multou indevidamente.

Veja bem, o Código de Trânsito prevê obrigações para todos. Muitas para os motoristas, auto-escolas, órgãos públicos e assim por diante, mas a legislação não tem uma vírgula a respeito do fiscal de trânsito. Estamos abordando dessa maneira a questão, contribuindo para uma causa que V. Exa. traz ao debate e dizendo mais: uma vez aprovado esse projeto, certamente estaremos contribuindo para que essa questão seja resolvida, que justiça efetiva se faça e que os fiscais de trânsito não continuem multando livremente, a torto e a direito, sem responder por isso, num país em que, sequer redemocratizado, o índio responde por seus erros e seus equívocos na condição de menor de idade. E o guarda de trânsito não responde pelos seus erros. Ele pode fazer o que quiser, como quiser, e não responde por isso. Essa não é uma terra sem lei. É preciso regulamentar essa matéria. Muito obrigado.

O Deputado Fábio Avelar* - Agradeço o aparte e, para concluir, quero dizer que essa é uma preocupação, e todos nós devemos nos ater sobre ela.

Ontem recebi um convite para participar da reunião da Associação Mineira dos Panificadores de Belo Horizonte, que diariamente testemunham assaltos e assassinatos nesse comércio. Todas essas pessoas procuram deslocar-se para o interior, dado o alto nível de insegurança em que vivemos.

Tenho um funcionário no meu gabinete que, nos últimos 45 dias, foi assaltado três vezes. A violência está muito próxima de nós, e cabe-nos um esforço, uma luta ferrenha para enfrentarmos esse grande desafio que afeta a sociedade brasileira. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 20/2/2001, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.932, 1.935, de 2000, 1.963, 1.974, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Júnior

exonerando Daniela França do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas;

nomeando Daniela França para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando José Eduardo de Souza Tameirão para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando Milton Lucca de Paula do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Paulo

exonerando, a partir de 28/2/2001, Renata Oliveira Marques do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Juscelina Kubistcheck para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Pedro Pinduca

exonerando Antônio Carlos da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Daniel Pereira da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Reinaldo José Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Cláudio de Faria Maciel do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Saúde;

exonerando Eveline de Oliveira Silva do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da Liderança do PSDB;

nomeando Cláudio de Faria Maciel para o cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da Liderança do PSDB.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 17/2/2001, que exonerou Ailton Alexssandro Alves do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 17/2/2001, que exonerou Alexandro Franklin de Souza Nascimento do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

ERRATAS

PROJETO DE LEI Nº 1.381/2001

Na publicação do projeto em epígrafe, verificada na edição de 24/2/2001, na pág. 48, col. 1, no despacho onde se lê:

"Publicado, vai o projeto às Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira ...", leia-se:

"Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira ...".

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 24/2/2001, na pág. 49, col. 1, sob o título "REQUERIMENTOS", no nº 1.889/2001, onde se lê:

"o Prefeito Municipal e a Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre", leia-se:

"o Prefeito Municipal e a Presidente da Câmara Municipal de Santa Rita de Caldas".